

INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL NO PARLAMENTO DO IMPÉRIO



Na Cadeia Velha, primeiro prédio onde funcionou a Câmara dos Deputados, João Cândido de Deus e Silva (Pará) apresentou, em 1831, o primeiro projeto sobre interiorização da Capital
(Foto da Biblioteca Câmara dos Deputados)



Neste primeiro edifício do Senado Federal, Holanda Cavalcanti apresentou o primeiro projeto da Câmara Alta sobre interiorização da Capital, em 1852, e em 1853 deu início ao debate parlamentar sobre o palpitante assunto.
(Foto da Biblioteca do Senado)

Dando seguimento aos conselhos de José Bonifácio perante a Assembléia Constituinte do Império e às iniciativas parlamentares do deputado João Cândido de Deus e Silva (Pará), dos deputados Ernesto Ferreira França (Pernambuco) e Antônio Ferreira França (Bahia) e do Senador Holanda Cavalcanti (Pernambuco), o ideal da interiorização da Capital esteve presente no Parlamento do Brasil Império também através de projeto do senador João Lustosa da Cunha Paranaguá, o Marquês de Paranaguá (Piauí) e de pronunciamentos do Senador Martins Cruz Jobim (Espírito Santo), notadamente.

PARANAGUÁ E MONTE ALTO

Dentro do mesmo espírito da proposição de Holanda Cavalcanti, o II Marquês de Paranaguá, senador João Lustosa da Cunha Paranaguá (Piauí) apresenta, juntamente com outros senadores, um projeto idêntico de transferência da Capital do Império para o interior.

Paranaguá definiu, na sua proposição, o local para a nova Capital do Império: a vila baiana de Monte Alto, um "lugar salubre e de bons ares", à beira do São Francisco e já na fronteira da Bahia com Minas Gerais. Monte Alto tem a sua posição geográfica entre os paralelos 14 e 15.

Houve quem atribuisse este projeto a Francisco Vilela Barbosa, o I Marquês de Paranaguá; todavia, não é verídico. A iniciativa é do II Marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá, representante piauiense no Senado e uma das figuras proeminentes do Partido Liberal. Exerceu o Ministério do Exército e da Marinha e presidiu os Estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia.

O Projeto de Paranaguá, de 1853, não alcançou, porém, qualquer sucesso.

JOBIM RETOMA DEBATES
Alguns anos depois das iniciativas de Holanda Cavalcanti e Paranaguá, o problema da mudança da Capital volta aos debates do plenário do Senado, trazido pelo Senador José Martins da Cruz Jobim, da Província do Espírito Santo.

Em duas oportunidades, em 1870 e 1875, o Senador Jobim volta-se, energeticamente, contra o Rio de Janeiro como local para servir de Capital, pelas suas "más condições" e pelos seus "inconvenientes higiênicos muito grandes, além dos inconvenientes políticos".

Jobim condenava o Rio de Janeiro mas não defendia a interiorização da Capital para o Brasil Central. Sugeriu um local na Província do Rio de Janeiro, "onde se poderia estabelecer a Capital do Império à beira do Rio Paraíba" e onde "há lugares deliciosos, vârgens magníficas, abundância d'água e um clima muito diferente do clima desta cidade".

Na primeira oportunidade, em 1870, o Senador Cruz Jobim discutia projeto que concedia crédito de 1 milhão de contos de reis para despesas com abastecimento d'água do Rio de Janeiro. E, na segunda, em 1875, Jobim analisava o problema da febre amarela no Rio de Janeiro.

VAMOS TODOS PARA GOIÁS

Os pronunciamentos de Cruz Jobim mereceram apertados de vários outros senadores em apoio à sua tese.

Dentre as intervenções ao discurso de Jobim, destacam-se os apertados dos senadores baianos Antonio Saraiva, Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço) e Zacarias de Goes e de Octaviano de Almeida Rosa (Rio).

A certa altura do discurso do sr. Jobim, o senador Antonio Saraiva (Bahia) exclamou, em aparte:

— Vamos todos para Goiás!

A exclamação do representante baiano demonstrava uma conscientização já existente no Parlamento em torno das regiões interioranas goianas, em consequência do projeto apresentado anteriormente por Holanda Cavalcanti e, principalmente, pelos trabalhos do escritor Francisco Adolfo de Varnhagen sobre o interior goiano como local ideal para sede da nova Capital.

OS INCONVENIENTES

Depois de citar e fazer alusões ao Projeto Holanda Cavalcanti, de 1852, Martins Jobim afirma, em 1870:

— O Rio de Janeiro é um grande empório comercial; mas não é lugar próprio para nele assentar uma grande Capital; esta deve estar no interior do país com todos os importantes acompanhamentos do Governo Geral.

Condena, então, a vulnerabilidade do Rio pela sua insalubridade e insegurança política, ao afirmar:

— Todas as cidades colocadas à beira-mar estão sujeitas a pestes e doenças,

que não flagelam as cidades situadas no interior; nós vemos que desgraçadamente a febre amarela parece destinada a nunca mais nos deixar..., sujeita, também, a uma moléstia horrivelmente destruidora da espécie humana: os tuberculosos pulmonares. E sempre insalubre uma cidade, como esta, situada sobre um terreno que quase todo foi antigamente um pântano.

Além desses inconvenientes higiênicos — disse Cruz Martins —, existem os inconvenientes políticos, sobretudo na época atual (1870), depois de certas invenções destrutivas. Não é possível que o Rio de Janeiro se considere completamente ao abrigo de qualquer insulto grave, que em uma Capital é sempre muito mais sensível. Portanto, a Capital deste Império não deve permanecer aqui.

PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO

Pelas manifestações legislativas a partir do Brasil Independente, a começar pelas iniciativas de José Bonifácio propondo aos constituintes de 1823 a interiorização da Capital brasileira, verifica-se que com o nascimento das atividades parlamentares no país nasceu, igualmente, a preocupação de legislar em prol do que, no Brasil Colônia, se constituía ideal de Tiradentes e preocupação constante de Hipólito José da Costa e alguns outros brasileiros de boa vontade.

Sete foram as manifestações mais significativas que marcaram as atividades do Parlamento durante o Brasil Império.

A primeira, com a "Memória" de José Bonifácio aos constituintes de 1823 sobre "a necessidade e meios de se edificar no interior do Brasil uma nova Capital".

A segunda, em 1831, através de Projeto do deputado João Cândido de Deus e Silva (Pará).

A terceira, em 1833, pelos deputados Ernesto Ferreira França (Pernambuco) e Antônio Ferreira França (Bahia), encaminhando indicação à Mesa.

A quarta, também de Ernesto Ferreira França, no mesmo ano de 1823, requerendo a impressão da "Memória" de Bonifácio sobre a necessidade e meios de se edificar no interior do Brasil uma nova Capital.

A quinta, de alto significado e repercussão, do senador Holanda Cavalcanti (Pernambuco), em 1852, apresentando projeto circunstanciado sobre a mudança da Capital para o interior, ao mesmo tempo em que deu início aos debates em torno do assunto através de pronunciamento no plenário do Senado no ano seguinte, 1853.

A sexta, através do senador João Lustosa da Cunha Paranaguá, II Marquês de Paranaguá (Piauí) e outros, propondo também a interiorização da Capital, em 1853, para Monte Alto, na Bahia.

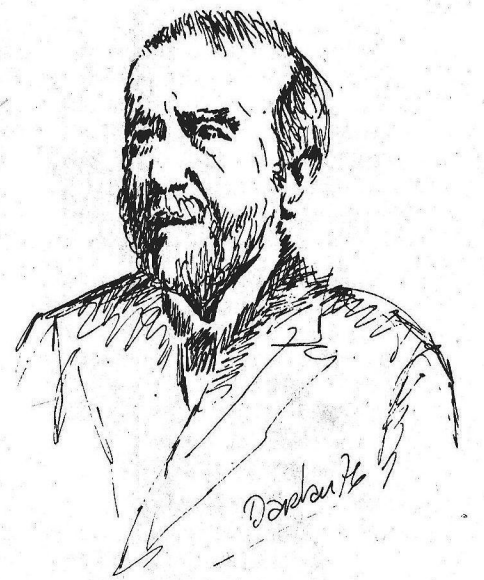
E a sétima, representada por dois importantes pronunciamentos, com apertados, do senador José Martins Cruz Jobim (Espírito Santo), em 1870 e 1875, condenando o Rio de Janeiro como local para servir de Capital e propondo a sua interiorização. Dentre os apertados ao discurso de Cruz Jobim, destaca-se a intervenção do senador Antonio Saraiva (Bahia) que exclamou: "Vamos todos para Goiás!"

Para que tais fatos acontecessem, quer na Câmara quer no Senado, como caixa de ressonância do pensamento nacional, não podem ser esquecidas as inúmeras iniciativas e atitudes de muitos brasileiros ilustres e de boa vontade que propugnaram pela interiorização da Capital. E dentre estas, ao lado dos ideais de Tiradentes e dos argumentos e campanhas jornalísticas de Hipólito José da Costa no "Correio Braziliense", ainda no Brasil Colônia, destacam-se a atuação de José Bonifácio, tanto na Colônia quanto no Império, e os estudos e ensinamentos do escritor Francisco Adolfo de Varnhagen que foi o grande inspirador do Projeto de Holanda Cavalcanti, que deu início ao debate parlamentar sobre tão palpitante assunto de interesse nacional.

Muito embora estes fatos que marcaram as atividades da Câmara e do Senado ao longo dos 69 anos do Brasil Império em favor da interiorização tenham ocorrido de forma cíclica, de dez em dez anos ou de vinte em vinte anos e sem nenhuma conclusão legislativa, há de se ressaltar que eles deixaram marcas indeléveis na consciência legislativa, o que, sem dúvida, permitiu aos legisladores do início do Brasil República a partir de 1889, uma maior conscientização daquele anseio nacional, ensejando a primeira providência legislativa a transformar-se em instrumento legal através de mandamento constitucional, em 1891.



O escritor Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi, com seus inscritos em defesa da interiorização, o grande inspirador do Projeto Holanda Cavalcanti (Pernambuco), entre outras iniciativas do Brasil Império em prol da mudança da Capital para o interior



O II Marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá propôs, em 1853, a interiorização da Capital para Monte Alto, entre os paralelos 14 e 15, no interior baiano

